

A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO NÃO FORMAL PARA A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES DO MUNICÍPIO DE GOIÁS: o Assentamento Serra Dourada – 2005

Edson Batista da Silva

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: edsonejoyce@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho de pesquisa buscou compreender a contribuição do ensino não formal para a reterritorialização dos camponeses do município de Goiás a partir dos assentados do assentamento serra dourada – 2005. O mesmo partiu da problemática de que segundo o NEAD (núcleo de estudos agrários do governo federal) 1 apud Scolesi (2005, p. 47): 87% dos responsáveis por lotes de terra tinham no máximo completado o quarto ano do ensino fundamental (e mais 32% destes jamais freqüentaram uma sala de aula”). Diante da problemática de baixo acesso ao ensino formal por parte dos camponeses no Brasil. Como se explicaria a luta pela reterritorialização dos camponeses no município de Goiás. Esta explicação seria dada pelo ensino formal? Se não, como se explicaria a organização destes camponeses? Seria pela simples questão de que a luta pela terra e uma luta histórica? Ou também porque estes camponeses tiveram acesso a um outro tipo de ensino chamado de ensino não formal no município de Goiás. Para responder a estes questionamentos se tornou necessário a elaboração de determinados procedimentos metodológicos. Os mesmos foram leitura de referências bibliográficas pertinentes ao tema. Pesquisa em arquivos e documentos da CPT (comissão pastoral da terra) da cidade de Goiás, e do cartório do 1º ofício de registro de imóveis da cidade de Goiás. Além de entrevistas junto aos assentados do assentamento serra dourada e aos representantes da CPT e das CEBS (comunidades eclesiais de base) do município de Goiás. Com essa metodologia foi possível concluir que realmente o ensino não formal contribuiu para a reterritorialização dos camponeses do município de Goiás isto porque se comprovou um baixo acesso dos mesmos ao ensino formal e a desconstrução de conceitos como: comunismo, estrutura agrária, função social da terra, terra devoluta, entre outros.

Palavras-chave: Reterritorialização. Ensino. Camponês.

1. Introdução

Todo trabalho científico para ser realizado necessita de um problema a ser investigado, a partir do qual são definidos os objetivos. Mas também precisa de justificativa que lhe dê fundamentação. Assim como de procedimentos metodológicos a serem adotados ao longo do seu desenvolvimento.

Desta forma, neste trabalho de pesquisa também não foi diferente. Isto porque se fez necessário construir uma problemática a ser pesquisada, a partir da qual nasceram os objetivos a serem alcançados. Estes para serem conquistados necessitaram da definição de determinados procedimentos metodológicos. Mas também foi necessário dizer o porquê da realização deste trabalho, ou seja, o que justificaria a sua efetivação.

2. Desenvolvimento

Entre os motivos que justificaram a realização desta pesquisa estavam as indagações do pesquisador relacionado ao espaço agrário do município de Goiás. Além disso havia o interesse por parte do mesmo de pesquisar uma problemática relacionada à geografia agrária. Isto porque por ser filho de camponês se interessava por esta temática.

Contudo a justificativa para realizar esta pesquisa se relacionou também ao fato de que se entendeu que a mesma poderia contribuir para a ciência em geral e para a ciência geográfica em particular, pois, como afirma Costa (1992 p23): (...) “nesse sentido são de suma importância as análises das formas de distribuição do poder no espaço nacional, regional e etc.”. Desta forma como demonstra Costa (1992) e importante para a geografia compreender como o poder está repartido no espaço. Assim esta pesquisa poderia contribuir para a geografia porque a auxiliaria entender a repartição do poder no espaço agrário do município de Goiás.

Além do mais também possivelmente contribuiria para a sociedade. Isto porque como afirma Costa (1992 p27): (...) “O que importa ressaltar é que a relação espaço/poder e relação social por excelência, processo real que se expressa empiricamente sob várias formas e tipos e que tem um significado e uma relevância inquestionáveis para a sociedade”. Sendo assim ela poderia auxiliar a sociedade no entendimento de que o processo de ensino não se realiza apenas na escola, e que o ensino não formal foi importante para o processo de reterritorialização dos camponeses no município de Goiás. Isto porque o mesmo contribuiu para a construção de uma luta organizada e foi importante para a conquista do direito social, o acesso à terra. Além disso a pesquisa auxiliaria a universidade cumprir com os seus três pilares: ensino, pesquisa e extensão.

Desta forma, diante destas justificativas foram surgindo perguntas na cabeça do pesquisador. Entre as que o instigava estava a organização dos camponeses do município de Goiás na luta pela terra. Organização esta que foi responsável pela construção de 22 assentamentos no mesmo município.

Desta forma surgiram os seguintes questionamentos: Como estes camponeses conseguiram se organizar? O que os movia para a luta era apenas o desejo de ter acesso à terra? Ou existiam outros aspectos envolvidos no processo, como o ensino?

Diante destes questionamentos, e ao ter acesso ao estudo do NEAD (núcleo de estudos agrários) do governo federal apud Scolesi (2005, p47) que afirmava: “87% dos responsáveis pelos lotes de terra (ou seja, os chefes de família) tinham no máximo completado o quarto ano do ensino fundamental (e mais 32% destes jamais frequentaram uma sala de aula)”. Surgiu o objetivo de compreender qual teria sido a contribuição do ensino não formal para a

reterritorialização dos camponeses do município de Goiás. A partir do estudo de caso com os assentados do assentamento serra dourada.

Para atender a este objetivo geral foi necessário definir determinados objetivos específicos a serem alcançados ao longo da pesquisa. Assim procurou se apontar quais eram as principais famílias territorializadas em grandes latifúndios até o ano de 1986 no município de Goiás. Também se buscou realizar a demonstração da história de formação do assentamento serra dourada, assim como evidenciar os principais assentamentos existentes no município de Goiás. Além disso foram investigados quais foram as principais entidades e movimentos sociais que se envolveram na luta pela reforma agrária no município de Goiás, e se os mesmos promoveram algum tipo de ensino com os camponeses que lutavam pela terra. Além do mais foi pesquisado onde os assentados do assentamento serra dourada adquiriram formação e informação sobre a luta pela reforma agrária, e identificado os possíveis saberes geográficos que teriam contribuído para este processo de reterritorialização.

Contudo para atender os objetivos definidos para a concretização da pesquisa foi importante a construção de determinados procedimentos metodológicos. Desse modo o primeiro procedimento adotado foi realizar a leitura de referências bibliográficas que versavam sobre a temática abordada no trabalho. Posteriormente procedeu-se à pesquisa em documentos do cartório do 1º ofício de registro de imóveis da cidade de Goiás, e também em arquivos da CPT (comissão pastoral da terra) do mesmo município. Além do mais foram realizadas entrevistas com as entidades que mais se envolveram com a luta pela reforma agrária em Goiás, e com os assentados do assentamento serra dourada. Com isso ao final do trabalho foi possível atender os objetivos propostos no início da pesquisa.

Com o primeiro passo metodológico adotado na pesquisa foi possível entender os conceitos e a discussão histórica realizada por diversos autores das categorias que fizeram parte do trabalho. As mesmas categorias adotadas no trabalho foram: ensino não formal, território, luta pela terra e camponês.

A categoria ensino não formal foi adotada no trabalho segundo a definição de Cavalcanti (2003, p. 02) que afirma: “A educação não-formal é a atividade educativa estruturada fora do sistema escolar convencional, como nos movimentos sociais organizados, meios de comunicação de massa e educação do meio familiar”.

Outra categoria utilizada no trabalho de pesquisa foi a categoria território. Na geografia a categoria território é analisada por uma de suas áreas, a geografia política. Na geografia política tradicional o conceito de território foi criado pelo alemão Friedrich Ratzel.

Segundo Castro (2001 p10):

Ratzel desenvolve uma leitura jurídica como base de sustentação do conceito de território no qual procura transferir a noção de domínio natural para as ciências sociais através da idéia de propriedade. Assim o território passa a representar uma parcela do espaço terrestre identificada pela posse uma área de domínio de uma comunidade de estado.

O conceito de território criado por Ratzel apesar das críticas que sofreu ao longo do século xx, foi importante para a geografia empreender suas análises quanto à questão do poder presente no espaço. Porém a aceleração do processo de globalização provoca a construção de um espaço geográfico fluido, complexo, e dinâmico. Diante deste contexto as categorias geográficas já não conseguem fornecer elementos para compreender o espaço. Com isso as mesmas sofrem um processo de renovação inclusive a categoria território.

Desta forma surge na geografia crítica um novo conceito de território, criado por Souza (1995, p. 18) “O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Também surgem variações conceituais para analisar os novos tipos de território como: territórios cíclicos, contínuos, descontínuos, em rede, entre outros. Além disso, se cria determinados conceitos para se compreender a dinâmica sócio-territorial no espaço, tais como: territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Segundo Hesbaert (1995, p. 177):

A territorialização é quando um grupo cultural com uma forma de organização política se enraíza, constrói identidade, estabelece o domínio político do espaço (...) Desterritorialização seria o desraizamento, o deslocamento de um grupo de seu espaço, ele perde seu controle e isto leva à mobilidade.

Ainda segundo Hesbaert (1995, p. 199) “Reterritorialização seria o enraizamento, a busca de controle, domínio de um novo espaço por parte de um grupo desterritorializado, onde o mesmo buscaria construir identidade”.

Desse modo ao longo da história da ciência geográfica foram criadas e discutidas várias concepções de território e todas elas tiveram sua importância dentro de um determinado contexto histórico. Contudo no contexto contemporâneo e diante da problemática que foi abordada entendeu-se que os conceitos que forneceriam os melhores elementos para atingir os objetivos propostos no trabalho eram os conceitos de território fornecido por Souza (1995) e de dinâmica sócio-territorial fornecido por Hesbaert (1995).

Entretanto além da categoria território outra categoria que foi adotada neste trabalho foi a categoria luta terra. Neste trabalho a mesma foi trabalhada segundo a concepção de Fernandes (2005, p. 01) que afirma: “A luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação”.

Além disso foi adotada a categoria camponês. A mesma foi trabalhada segundo a conceituação de Almeida (2003) que entende o camponês como aquele indivíduo que possui um modo particular de se apropriar da terra, dando-lhe um valor sentimental, afetivo. Ele assenta sobre ela um modo de vida particular com costumes e valores peculiares. Além disso o mesmo possui um sentido político.

Desta forma com o embasamento teórico consolidado se partiu para a concretização dos objetivos delineados na pesquisa. O primeiro objetivo foi concretizado com a realização de entrevistas e pesquisa documental na CPT do município de Goiás e no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis. Onde foi possível apontar como principais famílias territorializadas em grandes latifúndios no Município de Goiás em 1986, as seguintes famílias: Família Cunha com 5.834,595 ha., Família Alencastro com 5.250,268 ha., família Berquó com 2.601 ha., Família Costa com 2.601 ha., Família Godinho com 1.618,945 ha., Família Caiado com 1.538, 844 ha., Família Camargo com 1.325,098 ha., Família Machado, com 1.168,860 ha. e Família Oliveira com 1.113,320 ha.

Apesar das limitações desta pesquisa, a mesma apresenta alguns elementos interessantes para análise. Isto porque os dados apresentados demonstram que algumas famílias consideradas tradicionais no domínio de terras no município de Goiás como as famílias: caiado, Godim e Berquó foram ao longo do século XX sendo desterritorializadas de seus latifúndios. Além disso famílias tradicionais no domínio de terras no mesmo município como as famílias Fleury bulhões e Veiga jardim nem sequer aparecem nos dados apresentados.

Outro aspecto interessante se refere ao fato de que famílias pouco tradicionais no município parecem ter conquistado a sua territorialização em latifúndios no município de Goiás no decorrer do século XX como é o caso das famílias Cunha, Machado e Camargo.

Portanto estes dados apresentados demonstram a importância do processo de reterritorialização dos camponeses no Município de Goiás. Isto porque para se reterritorializar estes camponeses tiveram que desterritorializar essas famílias latifundiárias de suas terras. O segundo objetivo da pesquisa foi atendido com a efetivação de entrevistas com o coordenador da CPT Goiás, com o ex-coordenador das CEBS, e com os assentados do assentamento Serra Dourada. De acordo com os dados e informações colhidos com os mesmos a história da luta pela Reforma Agrária começa por volta de 1967 no município de Goiás. Isto porque, neste momento,

assume a Diocese de Goiás o Bispo Dom Tomás Balduino, o mesmo após participar do conselho de bispos da América Latina, realizado em Puebla, e Medellin na Colômbia decide construir em Goiás uma igreja dentro das concepções da Teologia da Libertação.

Para construir esta igreja voltada para os pobres, Dom Tomás Balduino traz para a Cidade de Goiás por volta da década de 1970 a freira Zenaide. Além disso, conquista o apoio de leigos e padres importantes como Frei Marcos, Frei Chicão, Das Dores, Pedroso, e Milton entre outros.

Com esta base de sustentação construída, Dom Tomás Balduino decide incentivar a construção das CEBS no campo e na periferia da Cidade de Goiás. Para construí-las não se encontrou dificuldades, pois, os camponeses se encontravam totalmente abandonados pelo poder público no que se refere à garantia de seus direitos.

Associado ao fato acima referido estava à questão da crescente desterritorialização dos camponeses do campo no Município de Goiás. Este processo, contudo não era causado por uma modernização da agricultura no Município de Goiás, devido à característica topográfica do mesmo. Mas sim era provocado pelo crescente medo dos latifundiários de que seus agregados meeiros e arrendatários buscassem seu direito à terra por meio da lei de usucapião. Além de existir o fato de que mesmo que não houvesse ocorrido uma modernização na agricultura no município, ocorreu uma relativa modernização da pecuária no mesmo a partir de 1980, e claro que este fato também impulsionou a desterritorialização dos camponeses das terras em Goiás.

Isto é comprovado pelos dados coletados junto aos assentados do assentamento serra dourada. Isto porque 38% dos mesmos assentados declararam que eram arrendatário de terras antes de serem assentados 31% eram meeiros e 38% eram empregados em fazendas no município.

Assim estes camponeses como no restante do Brasil ao terem sua permanência no campo impossibilitada, não teve alternativa senão migrar para os centros urbanos. No caso específico dos camponeses mencionados o destino foi a Cidade de Goiás. Esta forte migração campo cidade provoca na Cidade de Goiás a criação de novos setores como: Aeroporto, Rio Vermelho, Papyrus, entre outros. Neste espaço urbano os problemas dos camponeses atingem proporções alarmantes.

Diante deste quadro a igreja de Goiás compreende que era preciso fazer mais do que buscar defender juridicamente os camponeses. Isto porque era preciso auxiliá-los a se reterritorializarem. Para o início deste processo veio contribuir a descoberta de que muitos

latifúndios em Goiás foram construídos em terras devolutas. Assim começa a se articular no município de Goiás a luta pela Reforma Agrária.

No início desta luta pela reforma agrária a divisão entre a CPT e as CEBS não era muito clara. O que há de fato é um trabalho conjunto dos integrantes da igreja católica de Goiás. Isto porque coletam o nome dos camponeses, discutem com eles o que era esta luta, pesquisa qual seria a área que estava irregular sob o ponto de vista jurídico ou produtivo, coordenam a formação do acampamento e acompanham sua continuidade, além disso, auxilia os camponeses na realização de ocupações. Assim somente a partir de 1982 que a CPT e a CEBS passam a ser duas entidades com organização própria na igreja da Cidade de Goiás.

O trabalho realizado pela CPT e pelas CEBS no Município de Goiás sem dúvida foi significativo, pois contribuiu para reterritorialização dos camponeses do assentamento serra dourada. Isto é comprovado pela pesquisa realizada com os assentados deste mesmo assentamento. De acordo com os dados e informações colhidos nestas entrevistas a história de formação do assentamento serra dourada começa no ano de 1998. Isto porque, no mesmo ano encerrava o contrato assinado em 1950 entre o governo estadual e a maçonaria da cidade de Goiás para que fosse instalada na área a FAMA (centro de recuperação do menor infrator).

Com a desativação da fama, a CPT Goiás entende que naquela área poderia ser criado um assentamento. Assim apresenta a área ao INCRA (instituto de colonização e reforma agrária) para que o referido instituto tomasse os procedimentos legais para a criação do assentamento.

A primeira medida do INCRA foi deslocar 22 famílias do antigo acampamento do formoso que ficaram acampados na sede da antiga FAMA, as mesmas vieram interessadas na criação de um assentamento no modelo semi coletivo a ser instalado na área. Em seguida o Incra encaminhou ao estado federal o pedido de doação da área para a criação do assentamento. A resposta foi rápida e segundo os assentados em 18 de janeiro de 2000 e criado o assentamento serra dourada com um número de 15 famílias. Entretanto o documento do MDA (ministério do desenvolvimento agrário) afirma que a data de criação do assentamento serra dourada foi em 4 de novembro de 1999. No entanto sem entrar na discussão referente a data de criação do assentamento, o certo é que as famílias tiveram acesso a um lote de 2,5 hectares, a uma área coletiva de 95 hectares, e a 65 hectares de reserva legal. As famílias também receberam 9.500,00 reais de crédito fomento, e 2.500,00 reais para a construção da casa própria. Portanto a partir deste momento o assentamento serra dourada passa a ser uma realidade na estrutura agrária do município de Goiás.

Contudo junto com este surgiu no município de Goiás um total de 22 assentamentos onde foram territorializadas 592 famílias camponesas. O nome destes assentamentos, suas áreas, o numero de famílias, e a data de criação dos mesmos podem ser observados na figura a seguir.

FIGURA 1: ASSENTAMENTOS EM GOIÁS – 2005

NOME DO ASSENTAMENTO	ÁREA (HA)	NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	DATA DE CRIAÇÃO	ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO	FORMA DE OBTENÇÃO DA TERRA
PA Mosquito	1.890	39	17/10/1986	Consolidado	Desapropriação
PA São João do Bugre	455	9	25/04/1988	Em Estruturação	Desapropriação
PA Acaba Vida II	272	4	03/09/1991	Consolidado	Desapropriação
PA Retiro	760	23	03/09/1991	Consolidado	Desapropriação
PA Bom Retiro	760	23	03/09/1991	Consolidado	Desapropriação
PA Lavrinha	711	28	06/02/1995	Consolidado	Desapropriação
PA São Carlos	5.834	155	06/02/1995	Consolidado	Desapropriação
PA Novo Horizonte	986	21	16/05/1996	Em Consolidação	Desapropriação
PA Bom Sucesso	1.538,8447	30	30/05/1996	Em Consolidação	Desapropriação
PA Paraíso	1.215	32	14/10/1996	Em Consolidação	Desapropriação
PA Buriti Queimado	1.197	17	07/11/1996	Em Estruturação	Desapropriação
PA União Buriti	1.202	20	07/11/1996	Em Consolidação	Desapropriação
PA Holanda	1.346	27	30/12/1996	Em Consolidação	Desapropriação
PA Baratinha	748,0905	16	02/10/1997	Em Consolidação	Desapropriação

PA Vila Boa	793,2248	12	17/10/1997	Criado	Desapropriação
PA Engenho Velho	1.168,860	30	09/12/1997	Em Estruturação	Desapropriação
PA Varjão	1.088,8791	15	05/03/1998	Criado	Desapropriação
PA Serra Dourada	225,5387	15	04/11/1999	Criado	Doação
PA São Felipe	674	10	29/12/2000	Consolidado	Desapropriação
PA Rancho Grande	800	20	29/12/2000	Consolidado	Desapropriação
PA Magali	423,2522	8	08/11/2002	Em Consolidação	Desapropriação
PA Dom Tomás	2.345	67	03/2005	Em Criação	Desapropriação
TOTAL (Área e n°. de famílias)	24.458,687	592			

Fonte: Dados quantitativos do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) – CPT – 2005

Organização: SILVA, Edson Batista d

O terceiro quarto e quinto objetivos da pesquisa foram possíveis serem alcançados com entrevistas realizadas com os assentados do assentamento serra dourada com a CPT Goiás e com representante das CEBS. Assim de acordo com as mesmas 54% dos camponeses deste assentamento pesquisado tiveram acesso apenas à 1ª fase do Ensino Fundamental, 23% são analfabetos, 23% tiveram acesso a 2ª fase do ensino fundamental e 8% ao ensino médio.

Estes dados confirmam a hipótese de que não seria por meio do ensino formal que estes camponeses construíram concepções ideológicas e conceitos a favor de seu processo de reterritorialização. Isto porque a maioria destes camponeses possui um baixo nível de escolaridade.

Assim a reterritorialização dos camponeses do assentamento Serra Dourada assim como por dedução dos demais assentados do município de Goiás não aconteceu devido ao ensino formal. E segundo pesquisa realizada nas entidades que envolveram na luta pela reforma agrária em Goiás; parece inegável a contribuição do ensino não formal promovido por estas entidades para a consolidação deste processo.

Isto porque de acordo com os dirigentes destas entidades as mesmas utilizavam-se da bíblia, de livros de reforma agrária, do estatuto da terra, de cânticos bíblicos ligados a realidade vivida pelos camponeses para convencê-los a realizar a luta pela terra e assim se reterritorializarem. Além disso traziam para realizar palestras com os camponeses intelectuais como o teólogo Leonardo Boff e Dom Evaristo Arns.

Este processo de formação realizado por estas entidades foi confirmado por 100% dos assentados do assentamento serra dourada que participaram de acampamentos e ocupações. Segundo eles em palestras, encontros, reuniões, discussões e sermões em missas compreendam conceitos como: comunismo, terra devoluta, reforma agrária, latifúndio, estrutura agrária injusta, justiça social e função social da terra, dentre outros conceitos.

Inclusive entre estes conceitos trabalhados pela CPT Goiás, e pelas CEBS se observou a importância de saberes geográficos na reterritorialização destes camponeses. Entre os quais se podem destacar o conceito de estrutura agrária injusta, latifúndio, função social da terra, divisão de classes sociais, dentre outros.

Portanto o trabalho educativo realizado pela CPT e pelas CEBS foi um fator fundamental na reterritorialização dos camponeses no município de Goiás. Isto porque a partir do momento em que os camponeses desconstruíram determinadas representações sobre reforma agrária, entre outros conceitos. Os mesmos passaram a compreender que esta era uma luta justa, e não uma ação de baderneiros e desocupados como são classificados pelos meios de comunicação os trabalhadores rurais sem-terra. Com isso passaram por uma desconstrução ideológica que foi fator fundamental para a luta e posterior reterritorialização nos 22 assentamentos construídos no município de Goiás.

3. Considerações Finais

Pelos dados, argumentos e informações apresentadas neste trabalho tornam-se evidentes que no campo no do Município de Goiás, realmente ocorreu uma dinâmica sócio-territorial representada pelos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Sendo que para a realização deste processo a Igreja Católica assumiu uma importância fundamental representada na figura de Dom Tomás Balduino. Importância esta que se deve não só ao fato de organizar os camponeses para a luta, mas principalmente por promover junto aos mesmos o ensino não formal que foi fundamental para a formação de novas

concepções sobre elementos fundamentais que eram importantes para a realização da luta pela terra no município de Goiás.

Entretanto este trabalho não finaliza a discussão, pois, diante da transformação social, e da dinâmica de poder que ocorreu no espaço do município de Goiás, alguns problemas se perpetuam nos assentamentos deste município, e os mesmos se referem à questão da assistência técnica, financeira, e logística nos assentamentos, e a falta de unidade e organização dos assentados. Enfim a consolidação da reterritorialização dos camponeses nestes assentamentos do município de Goiás ainda é um processo não consolidado.

Portanto para não finalizar a discussão ficam algumas perguntas para futuros trabalhos nesta temática. Por exemplo, será que os camponeses têm idéia do poder que em 2007 tem nas mãos? Se tiver, porque continuam elegendo administradores públicos municipais pouco comprometidos com seus projetos? Qual é o motivo que causa a permanência das famílias latifundiárias mesmo desterritorializadas de seus latifúndios com um elevado poder de controle do poder no município? Ainda, qual seria o papel da CPT e do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) para consolidar no município de Goiás a reterritorialização dos camponeses assentados, assim como possibilitar a construção de uma administração municipal comprometida com o bem estar da população vilaboense? Além disso, qual seria o papel da educação neste processo? E qual seria o modelo de educação ideal para que a política de reforma agrária funcionasse não só no município de Goiás assim como no Brasil.

Sendo assim o trabalho ao atingir o objetivo proposto, busca novas indagações para o desenvolvimento de novas investigações, pois a ciência geográfica necessita de questionamentos para continuar seu processo de desenvolvimento, e com isso conhecer ainda mais profundamente a realidade agrária do Brasil e do município de Goiás.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. *O Conceito de Classe Camponesa em Questão*. In: ... *Terra Livre*. São Paulo Vol. 2, nº. 21. Jul/dez 2003. Pág. 1-290.

CASTRO João Alves. *As Categorias em Geografia. Goiânia*. Goiânia: UFG, 2001, p. 1-17. (não publicado)

CAVALCANTI, L. de S. *Didática e a formação do professor*. Goiânia, 2003. (não publicado).

COSTA, Wanderley Messias da. *A Geografia Política Clássica*. In:... *Geografia Política e Geopolítica discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec, 1992. Pág. 29-53.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brasil: 500 anos de luta pela terra*. Pág. 1-8. Disponível em:
<http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>, acesso em 10-03-2005.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In:...
Geografia: conceitos e temas. Castro Iná Elias (orgs.) et al. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil,
1995.

SCOLESE, Eduardo. *A Reforma Agrária*. São Paulo, Publifolha, 2005 (Folha Explica).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e
desenvolvimento. In:... *Geografia: conceitos e temas*. Castro, Iná Elias (orgs.) et al. Rio de
Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.